

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.491 - DF (2019/0327764-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **MARIZE HELENA NAVES DA COSTA**  
**ADVOGADO** : **ALLAN PAULO DE SOUZA - DF056665**  
**RECORRIDO** : **BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS** : **NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - DF025136**  
: **RAFAEL SGANZERLA DURAND - DF027474**

## **EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEFICÁCIA DE GRAVAME DE HIPOTECA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO COM BASE NO ART. 85, § 2º, DO CPC/2015. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA. PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO. 2. RECURSO PROVIDO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Marize Helena Naves da Costa contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado (e-STJ, fl. 941):

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE HIPOTECA. AÇÃO DE CUNHO MERAMENTE DECLARATÓRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. APRECIÇÃO EQUITATIVA.

1. Em se tratando de ação de cunho meramente declaratório, o valor atribuído à causa não reflete o valor da condenação ou do proveito econômico conquistado pela parte, o que atrai a incidência do § 8º do art. 85 do Código de Processo Civil, com o objetivo de evitar excessos e o enriquecimento indevido de qualquer das partes.
2. Recurso de Apelação provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

A recorrente sustenta ofensa ao art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, pois os honorários advocatícios devem ser fixados com base em percentual sobre o valor atualizado da causa, e não com base no § 8º do referido dispositivo legal, que permite a fixação por equidade.

Brevemente relatado, decido.

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação, consignou o seguinte

# *Superior Tribunal de Justiça*

(e-STJ, fls. 947-948):

Contudo, conforme já me manifestei anteriormente, em casos semelhantes ao aqui apreciado, deve ser devidamente ponderado que a presente ação é de cunho meramente declaratório, de modo que o valor da causa não reflete o valor da condenação ou do proveito econômico conquistado pela parte, o que atrai a incidência do § 8º do art. 85 do Código de Processo Civil, com o objetivo de evitar excessos e o enriquecimento indevido a qualquer das partes.

Atento aos parâmetros de apreciação equitativa elencados no § 2º do art. 85 do CPC, noto que os atos postulatórios praticados pelo patrono da parte autora e a remuneração pretendida não guardam razoabilidade.

Veja que a presente ação foi ajuizada em outubro/2017 e sentenciada em maio/2018, sem que tenha havido necessidade de dilação probatória. Portanto, a atuação do patrono da parte Autora foi mínima, razão pela qual a condenação em honorários advocatícios deve ser feita por apreciação equitativa.

(...)

Destarte, arbitro os honorários advocatícios sucumbenciais em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), tendo em consideração a baixa complexidade da causa, o lugar e o tempo exigido para a prestação do serviço.

Como se vê, a interpretação do Tribunal de origem foi no sentido de aplicar o § 8º do art. 85 do NCPC, fixando por equidade os honorários sucumbenciais, ou seja, entenderam que a estipulação poderia se dar apenas pelo livre convencimento do Juiz.

Ocorre que, divergindo do que assinalou o acórdão recorrido, no julgamento do REsp n. 1.746.072/SP, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 23/9/2019, a Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que, na fixação de honorários advocatícios na vigência do CPC/2015, mesmo não havendo condenação, serão também fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20%, nos termos do art. 85, § 2º, hipótese em que, não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, deverá a verba honorária ser calculada sobre o valor atualizado da causa.

As conclusões do referido julgamento foram resumidas na seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.
2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).
3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.
4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).
5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.
6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.  
(REsp n. 1.746.072/PR, Relatora a Ministra Nancy Andrigli, Relator p/ Acórdão o Ministro RAUL ARAÚJO, Segunda Seção, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019).

No mesmo sentido:

# *Superior Tribunal de Justiça*

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.187.650/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 30/4/2018).

Assim, no caso, os honorários devem ser estabelecidos com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC/2015, ou seja, sobre o valor atualizado da causa, nos exatos termos do aludido dispositivo:

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de estabelecer a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa, com base no § 2º do art. 85 do CPC/2015.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 08 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

